

O CONFLITO PELA ÁGUA NA COMUNIDADE DE UIRAPONGA (MORADA NOVA /CE): UM CONTEXTO DE LUTAS E ESPERANÇA¹

EL CONFLICTO POR EL AGUA EN LA COMUNIDAD DE UIRAPONGA (MORADA NOVA /CE): UN CONTEXTO DE LUCHA Y ESPERANZA

Ariel Rocha Nóbrega DE CASTRO²
Thainá Ramos Queiroz MOURÃO³
Ingrid Gomes DA SILVA⁴
Camila Dutra DOS SANTOS⁵

Resumo: No bojo do capitalismo, devido, principalmente, à apropriação capitalista da natureza, o surgimento de conflitos socioambientais é comum, povos lutam por acesso ou mesmo pela manutenção de bens naturais que o capital ameaça. Dentre esses conflitos, temos subdivisões. No nosso artigo, trabalharemos uma delas, os conflitos pela água. O estudo a seguir objetiva analisar o conflito pela água na comunidade de Uiraponga em Morada Nova/CE, que ocorreu por falta de acesso dos moradores à água da obra hídrica Eixão das Águas. Para isso, como procedimento metodológico realizou-se levantamento bibliográfico e documental associado a trabalhos de campo na comunidade de Uiraponga e em órgãos governamentais relacionados à gestão das águas; e usaram-se também geotecnologias para a confecção de mapas. A partir do percurso metodológico, foi possível obter os seguintes resultados: provou-se que o conflito pela água é uma subdivisão dentro dos conflitos socioambientais; constatou-se que as grandes obras hídricas no Ceará objetivam atender, principalmente, aos interesses do capital em detrimento dos camponês; e concluiu-se que o conflito pela água em Uiraponga surgiu não só devido à falta de acesso à água, mas também porque os moradores têm uma forma de compreender a água diferenciada da forma capitalista.

Palavras-chave: Apropriação da água; Obras hídricas; Eixão das águas; Conflito pela água.

Resumen: En medio del capitalismo, principalmente por la apropiación capitalista de la naturaleza, es común el surgimiento de conflictos socioambientales, los pueblos luchan por el acceso o mantenimiento de los bienes naturales que el capital amenaza. Entre estos conflictos, tenemos subdivisiones. En nuestro artículo trabajaremos en uno de ellos, los conflictos por el agua. El siguiente estudio tiene como objetivo analizar el conflicto por el agua en la comunidad de Uiraponga en Morada Nova / CE, que se produjo debido a la falta de acceso de los habitantes al agua del proyecto Eixão das Águas. Para eso, como procedimiento metodológico, se realizó un relevamiento bibliográfico y documental asociado al trabajo de campo en la comunidad de Uiraponga y en agencias

¹ Pesquisa de monografia em Geografia realizada com o apoio do Ministério da Educação-MEC.

² Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará -UECE; mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE – ProPGeo; integrante do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA. E-mail: arielrnc@gmail.com

³ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará -UECE; mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE – ProPGeo; integrante do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA. E-mail: thainaramos31@hotmail.com

⁴ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará -UECE; mestra pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE – ProPGeo; integrante do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA; especialista em Gestão de Políticas Públicas e Sociais - Prominas; professora da rede municipal de Guaiúba-CE; coordenadora de programa e projetos educacionais na Secretaria de Educação e Desporto de Guaiúba. E-mail: ingrid.gomes@aluno.uece.br

⁵ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; docente do curso de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia – ProPGeo, ambos da Universidade Estadual do Ceará; coordenadora do grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA. E-mail: camila.dutra@uece.br

gubernamentales relacionadas con la gestión del agua; y también fue utilizado geotecnologías para hacer mapas. Desde el camino metodológico, fue posible obtener los siguientes resultados: se comprobó que el conflicto por el agua es una subdivisión dentro de los conflictos socioambientales; se constató que las grandes obras de agua en Ceará tienen como principal objetivo atender los intereses del capital en detrimento de los del campesino; y se concluyó que el conflicto del agua en Uiraponga surgió no solo por la falta de acceso al agua, sino también porque los residentes tienen una forma de entender el agua diferente a la forma capitalista.

Palavras clave: Apropriação de água; Obras de água; Eixão das águas; Conflicto por el agua

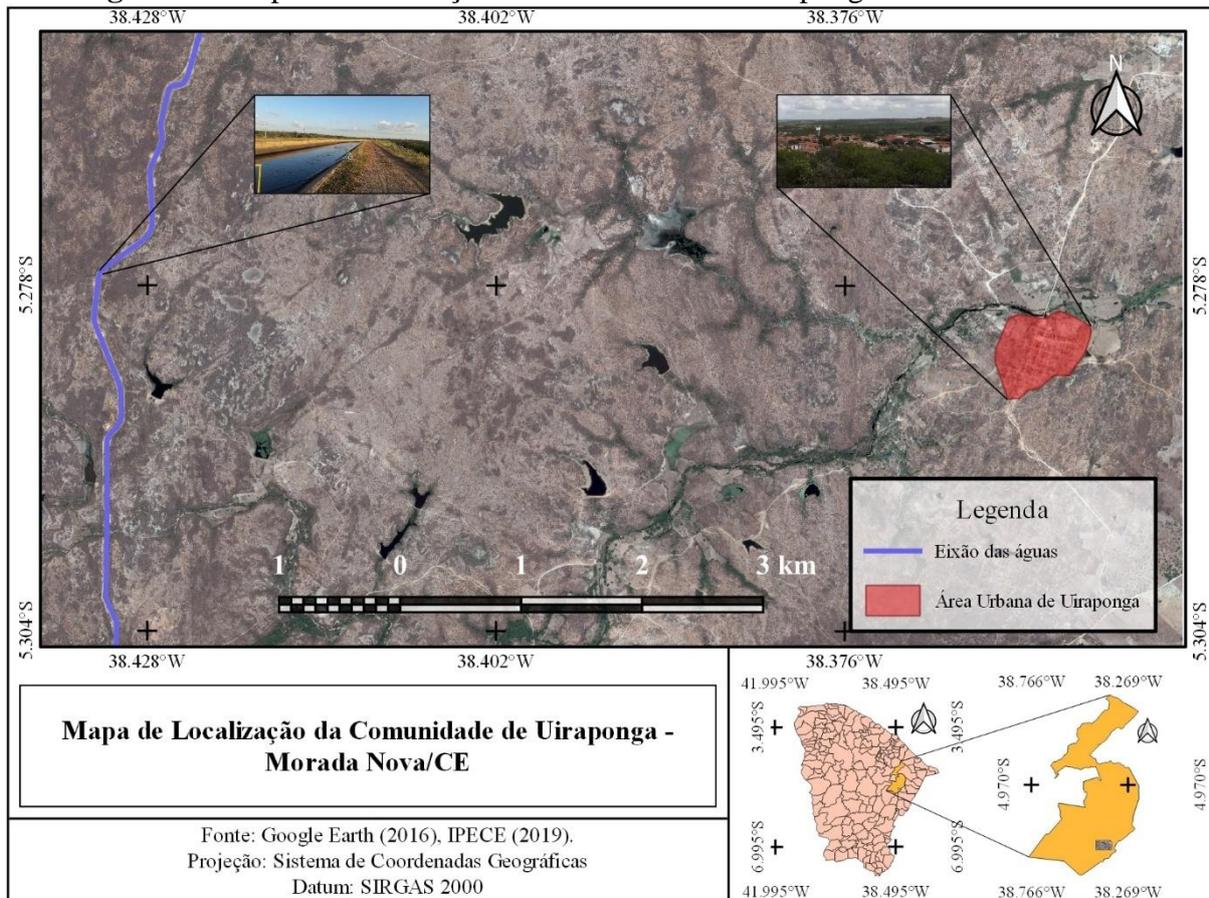
Introdução

Os conflitos pela água são uma realidade em todo o território brasileiro, com a comunidade de Uiraponga, uma comunidade localizada no município de Morada Nova/CE que se encontra na porção nordeste do estado do Ceará nas coordenadas 38,36088° W e 5,28272° S, não é diferente. Uiraponga se encontra próxima à obra hídrica Eixão das Águas, como podemos perceber na figura 1, e ainda assim passou por problemas de falta de água. O semiárido brasileiro é conhecido principalmente por sua irregularidade de chuvas, e isso implica que, em alguns períodos, a água deve ser gerida com mais eficácia para que não venha a faltar para nenhuma parcela da população, afinal sem água não há vida. Mas essa gestão nem sempre é feita da melhor maneira. Obras hídricas de armazenamento e distribuição de água são construídas, porém nem todos que poderiam ser beneficiados por essas obras tiveram acesso a suas águas, gerando assim conflitos socioambientais, mais especificamente conflitos pela água. O estado capitalista diversas vezes acaba impulsionando esses conflitos, por gerir a água de suas obras hídricas de modo a priorizar os interesses das empresas em detrimento dos da população, sobretudo, do campesinato.

O conflito pela água na comunidade de Uiraponga teve seu auge no ano de 2017. Após consecutivos anos de seca, desde 2012, o açude mais próximo à comunidade (Poço do Barro) e o riacho que a abastece (Livramento) acabaram secando, não deixando escolha para os moradores a não ser lutar pelo direito à utilização da água do Eixão das águas.

O objetivo principal é analisar o conflito pela água ocorrido na comunidade de Uiraponga. Em soma a isso, para atender o objetivo do artigo, é necessário também compreender como se formam e o que são conflitos pela água, desmistificar o intuito da construção das obras hídricas no Ceará e relatar como surgiu o conflito pela água na comunidade de Uiraponga.

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade de Uiraponga – Morada Nova/CE.



Fonte: Org. AUTORES, 2020.

Como percurso metodológico, realizamos levantamento literário sobre as principais categorias e temas debatidos em nossa pesquisa, como os de: conflitos socioambientais, conflitos pela água, recursos hídricos, bem comum, convivência com o semiárido, tecnologias sociais, e a situação das obras hídricas no Ceará. Além disso, construímos uma hemeroteca, a partir da seleção de notícias relacionadas à situação da água no Ceará e suas obras hídricas. E, por fim, organizamos os dados coletados em campo, adquiridos por meio de entrevistas semiestruturadas, fotografias e observação. As entrevistas foram realizadas tanto na comunidade de Uiraponga em Morada Nova/CE quanto no órgão gestor do Eixão das Águas, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH. Vale ressaltar que, por questões éticas, preferimos não citar os nomes verdadeiros dos entrevistados no artigo, mantendo sua privacidade e segurança, utilizando, ao invés de seus nomes, nomes de aves que podem ser encontradas no sertão nordestino, tais como: Asa Branca, Azulão, Coleirinho, Gavião Carijó e Pintassilgo.

Antes de discutirmos o conflito pela água em Uiraponga, conceituaremos de forma breve o que são estes conflitos e porque ocorrem. Posteriormente, falaremos das obras

hídricas do Ceará, especialmente o Eixão das Águas, obra hídrica que tem relação direta com o conflito pela água tratado; em seguida falaremos sobre o conflito ocorrido em Uiraponga; e por último iremos debater outros modelos de tecnologias com avanço na compreensão da convivência com o semiárido a partir de práticas agroecológicas e do uso de tecnologias sociais, que já demonstram ser mais efetivas que as grandes obras hídricas quanto à distribuição da água para os produtores rurais e os camponeses.

O que são conflitos pela água?

Para entendermos o que são conflitos pela água, antes temos que compreender o que são conflitos socioambientais, pois o conflito pela água se configura como uma modalidade de conflito socioambiental. De acordo com Little (2001), um conflito socioambiental ocorre justamente quando há competição entre dois ou mais grupos que pretendem ter um uso diferente do seu ambiente. No entanto, é importante compreender também que o “uso” não é o único fator que define um conflito socioambiental.

Oliveira (2004) cita mais dois fatores, além do “uso”, que podem levar a um conflito socioambiental. Esses fatores são: as diferentes formas de apropriação e as diferentes formas de significação de determinado bem natural. O conflito socioambiental sempre terá um lado material relacionado às diferentes formas de se apropriar e utilizar um bem natural, bem como um lado imaterial ou simbólico atrelado às diversas significações que um bem natural possa vir a ter, pois a forma como ele é significado irá justificar a sua apropriação e seu uso.

Como os conflitos pela água são conflitos socioambientais, podemos inferir que também se iniciam por divergências, no uso, na apropriação e/ou na significação desse elemento essencial à sobrevivência humana. No modo de produção capitalista, a água vem sendo considerada como uma mercadoria/bem econômico e como um recurso, tanto é que muitas vezes se denomina água de recurso hídrico. Porém as duas formas de significar a água acima contribuem para sua apropriação capitalista, ou seja, uma apropriação da água em prol do mercado e não a favor da vida.

Fracalanza (2005) explica que há uma diferença entre tratar a água como “água” e tratá-la como recurso hídrico. A primeira se refere ao elemento natural essencial à vida, e a segunda, a um mero recurso utilizado para atingir um fim nas atividades que envolvem o trabalho, ou seja, quando tratamos a água como um recurso hídrico, colocamos em segundo

plano sua função mais nobre, a manutenção da vida, e priorizamos as demais funções nas atividades voltadas para a geração de lucro e a produção de mercadorias, facilitando a apropriação da água por empresas que a exploram visando lucro, não importando os custos ambientais ou sociais gerados pela exploração.

Além disso, quando tratamos a água como uma mercadoria, segundo Ribeiro (2008), acrescentamos a ela uma característica excludente, pois só poderá utilizar a água quem pagar por ela, excluindo quem não tem condição de pagar pelo usufruto desse bem, privilegiando quem puder comprá-la, e comprar suas fontes, inclusive, para vendê-la.

Apesar de as formas de significar a água como recurso e mercadoria serem as hegemônicas, por traduzirem a água em uma linguagem mercantil, conveniente ao capitalismo, elas não são únicas, pois ainda existem muitas comunidades de camponesas, e tradicionais que se apropriam, utilizam e significam a água de outra forma, priorizando sua utilização para o consumo humano, para a agricultura de subsistência e até para a manutenção do ambiente do seu território.

De acordo com Barlow e Clarke (2003), Bouguerra (2004), Ribeiro (2008) e Porto-Gonçalves (2013), a apropriação capitalista da água não prioriza a manutenção da vida, mas sim a geração de lucro. Lins (2008), ao tratar especificamente sobre isso no estado do Ceará, aborda sobre a materialização da gestão das águas das obras hídricas, ocasionando uma distribuição desigual de água, priorizando o atendimento de dois setores financeiros, o agronegócio e as indústrias. Esse fato leva ao surgimento de inúmeros conflitos, atingindo principalmente comunidades próximas às obras hídricas.

As obras hídricas do Ceará. Para que servem? Para quem servem?

De acordo com Holanda (2006), na década de 1960, o desenvolvimento rural cearense se baseava principalmente na pecuária, cotonicultura e agricultura de subsistência. A agricultura só veio a se modernizar com o golpe militar em 1964. A política de modernização da agricultura feita pelo regime militar procurava atender aos grandes proprietários de terra, começando a adotar a mecanização da agricultura. Atrelado à mecanização da agricultura está o aumento considerável da produção, mas, para isso, era necessária uma maior disponibilidade de água, acarretando maior armazenamento de água e a otimização na sua

distribuição, o Estado se volta à construção de novas obras hídricas para o “combate” à seca no Ceará.

A partir da segunda metade do século XX se enreda no Ceará a materialização de fixos alinhados com o paradigma de enfrentamento às secas. [...] a partir da atuação de instituições como DNOCS⁶ e BNB⁷ o Estado passa a construir um arcabouço técnico- normativo que confere ao Ceará uma posição de destaque no que concerne à política de gestão de recursos hídricos (NOBRE; BRITO, 2016, p. 2).

Tal modernização da agricultura e a construção de obras hídricas procuraram incorporar o interesse dos latifundiários cearenses (coronéis⁸) nas suas mudanças e em nada parecem ter beneficiado o camponês.

A política de modernização do Regime militar, com o apoio e cumplicidade dos coronéis no Ceará, incorporou os grandes proprietários que, com o acesso a recursos financeiros, passaram a cercar suas propriedades e a construir açudes privados. [...] Dentro do processo de inclusão dos grandes proprietários e famílias políticas tradicionais na condução da modernização do campo, os pequenos proprietários e os sem-terra acabaram ficando excluídos do acesso ao financiamento por não terem garantias a oferecer ao sistema bancário ou por não dispor do apadrinhamento político influente (HOLANDA, 2006, p. 22).

Segundo Nobre e Brito (2016), com o passar do tempo, começava-se a questionar o perfil das elites nordestinas dos coronéis, na tentativa de fortalecer a política liberal voltada à industrialização. Com a leitura de Santos (2006), compreendemos que o Brasil em torno de 1970 já estava em transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, tornando-se alvo das multinacionais. A conjuntura política nacional vai sofrendo alterações, priorizando maior fluidez dos fluxos de mercadoria e informação. Portanto, a forma de governar o Ceará se modificou: o governo dos “coronéis” daria lugar ao governo dos empresários, que naquele momento era mais interessante para a evolução do capital no estado.

Holanda (2006) explica que, a partir de meados da década de 1980, lideranças ligadas ao setor industrial diagnosticaram o Ceará e concluíram que, para o estado chegar à almejada

⁶ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

⁷ Banco do Nordeste do Brasil

⁸ Assim eram chamados os grandes proprietários de terra no Ceará, estes tinham considerável poder político na proximidade de suas terras.

modernidade, era necessário que se libertasse da dominação política de então, o governo dos “coronéis”. Com isso, em 1986, foi anunciada a “era mudancista”.

[...] a dimensão instrumental da modernidade, proposta pelos mudancistas, vem sendo monitorada para proteger interesses de alguns setores no campo econômico, beneficiando-se de práticas conservadoras e clientelistas no modo de fazer política e penalizando os setores econômicos e sociais que menos despertam o interesse [...] (HOLANDA, 2006, p. 10).

Ainda de acordo com o autor supracitado, os governos mudancistas argumentavam que para diminuir os problemas sociais era necessário desenvolver o estado do Ceará. Para que esse desenvolvimento ocorresse, era indispensável investir na industrialização e na modernização da agricultura, atraindo indústrias e empresas do agronegócio, muitas delas que teoricamente trariam um grande benefício para o povo cearense.

Para o Ceará se tornar atrativo aos setores da indústria e agronegócio, seria necessária a sua “modernização”, implicando gastos públicos na implantação de uma infraestrutura que proporcionasse a reprodução do capital no estado, como rodovias para o escoamento de mercadorias e as famigeradas obras hídricas, estas voltadas principalmente aos interesses do capital internacional, à custa de recursos públicos que deveriam ser usados para sanar as necessidades locais.

O projeto de desenvolvimento mudancista em curso no Ceará (...) parte do pressuposto de que moderno é a indústria convencional. Para o governo do Ceará, só pode haver um processo de desenvolvimento local se este for conduzido por um processo de interiorização da indústria ou por polos de fruticultura irrigadas voltadas para exportação (HOLANDA, 2006, p. 11).

Com isso, o governo do Ceará desenvolveu políticas hídricas objetivando atender ao pensamento neoliberal da época, alegando proporcionar melhorias ao povo cearense e minimizar os efeitos da seca. Com base em nossa leitura de Saboia (2015), os programas da política hídrica moderna do Ceará se baseavam na gestão da oferta de água por meio da construção de grandes obras, em especial a transposição de bacias.

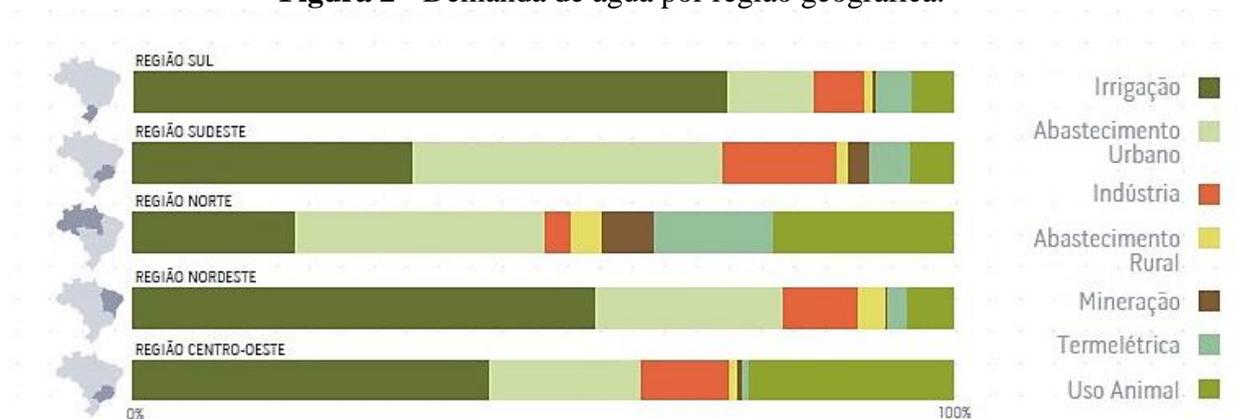
Os programas realizados no âmbito da moderna política hídrica não alcançaram a propalada segurança hídrica muito menos eliminou as ações emergenciais que alimentam a indústria da seca. [...] Acumulamos também água, mas sem uma política de acesso e distribuição e sem alterar a desigual

estrutura fundiária do estado o famigerado caminhão pipa⁹ ainda é uma imagem corriqueira na paisagem cearense (NOBRE; BRITO, 2016, p.10).

Grandes obras hídricas também foram construídas com o passar do tempo: Açude Castanhão, Canal do Trabalhador, Eixão das Águas e outras que ainda estão em construção, como o Cinturão das Águas. Porém, como afirmado por Lins (2008), quanto mais obras hídricas são construídas, mais investimentos privados altamente consumidores de água são estabelecidos, o que acaba aumentando ainda mais a demanda por água e criando a necessidade da construção de novas obras.

De acordo com dados disponibilizados pela Agência Nacional das Águas - ANA (2012), disponibilizados por Brito (2015) apresentados no Jornal O POVO, no Ceará a água consumida pela irrigação gira em torno de 62,1% e indústria 13,5%, somando um total de 75,6%. Nogueira (2015) por meio do Portal EBC (Empresa Brasil de Comunicação), traz em sua notícia informações que alegam que o diretor de Operações da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH faz uma estimativa de que 70% da água dos reservatórios do estado são utilizadas pela agricultura¹⁰. E para finalizar temos a Figura 2 com dados da ANA obtidos em 2019 que indicam que a maior demanda de água do Nordeste é da irrigação.

Figura 2 - Demanda de água por região geográfica.



Fonte: BRASIL, 2019.

⁹ Caminhão pipa ou carro pipa: um caminhão que possui um grande tanque, ou reservatório, utilizado para transportar água.

¹⁰<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/03/professor-critica-injustica-hidrica-e-uso-excessivo-da-agua-pela-agricultura>

E, mesmo com tanta água para a indústria e principalmente para o agronegócio, comunidades próximas às obras hídricas ainda passam por problemas de falta de água. Lins (2008) afirma que as obras hídricas são construídas, principalmente, para suprir a demanda do agronegócio e da indústria, com os recursos e aprovação do Estado, deixando as necessidades da população local em segundo plano, especialmente a população que reside no meio rural. Esse fato vem causando uma grande indignação aos camponeses, sobretudo aos que moram próximo às obras hídricas e não podem usufruir das águas que nelas correm ou se armazenam, ocasionando conflitos pela água.

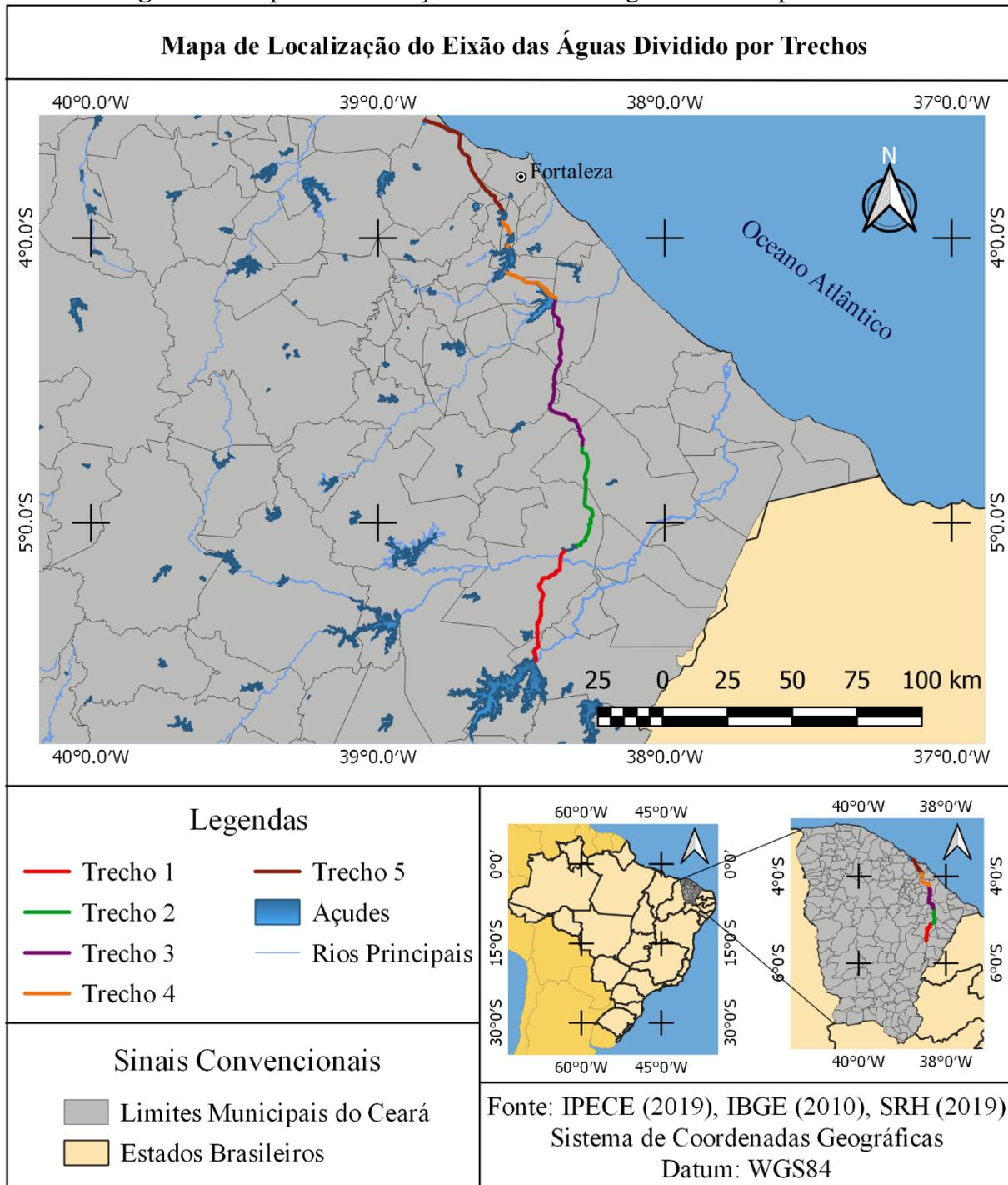
É o caso, por exemplo, de comunidades que se localizam próximas ao Eixão das Águas (Canal da Integração)¹¹, umas das principais obras hídricas de distribuição de água do estado do Ceará. De acordo com Ceará (2003), a obra Eixão das Águas é constituída de canais, adutoras, túneis e estações de bombeamento que realizam a transposição das águas do açude Castanhão (o maior do Ceará) até a Região Metropolitana de Fortaleza (capital) e ao Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP. A obra possui 255 km de extensão e é dividida oficialmente em cinco trechos, como mostrado na figura 3.

O primeiro (trecho 1) segue do açude Castanhão até o canal adutor do Tabuleiro de Russas, integrado ao açude Curral Velho, e possui 54,7 km; o segundo (trecho 2) segue do açude Curral Velho até a Serra do Félix e possui 45,9 km; o terceiro (trecho 3) segue da Serra do Félix até a ligação do açude Pacajus com o rio Choró e tem uma extensão de 66,3 km; o quarto (trecho 4) começa na ligação do açude Pacajus com o rio Choró e termina no açude Gavião e possui 33,9 km; o quinto e último (trecho 5) possui 56 km de extensão, segue do açude Gavião até a estação de tratamento de água – ETA - Pecém do CIPP.

O primeiro trecho do canal, com base em SRH (2014), foi concluído em 2004, e seu último trecho foi terminado em 2014. As notícias a seguir relatam a existência de conflitos pela água no entorno do Eixão, afinal, comunidades ainda passam por falta de água mesmo próximas a ele.

¹¹ Por ter sido construído durante dois governos distintos, o Eixão das Águas possui duas denominações: Eixão das Águas e Canal da Integração.

Figura 3 - Mapa de localização do Eixão das Águas dividido por trechos.



Fonte: Org. AUTORES, 2020.

De acordo com a notícia de manchete: “Famílias ameaçam arrombar trecho do Canal da Integração”, escrita por Melquíades Júnior (2016), apresentada no jornal Diário do Nordeste, é grave a falta de água próxima ao Eixão no Município de Morada Nova/CE, como noticiado a seguir:

A situação já saiu de preocupante para alarmante para centenas de famílias de comunidades neste Município. A seca diminuiu o volume do açude que abastece um riacho, que atende ao menos sete localidades. Agora não mais. E preocupados, os moradores reivindicam que um trecho do Canal da Integração, que passa sobre o riacho seco, libere água ou eles mesmos, numa atitude dramática, ameaçam abrir a válvula [do canal] (MELQUÍADES JÚNIOR, 2016).

Na notícia de Xavier et. al (2013), com a manchete: “Tem água pra ver, mas não pra beber. Nos arredores do maior açude do Ceará, moradores de assentamentos, cidadezinhas e vilas sofrem com a seca, enquanto a água passa diante dos seus olhos para abastecer o agronegócio, a indústria, e a capital, Fortaleza”, mais uma vez fica claro a situação dos moradores que vivem próximo ao Eixão das águas:

[...] populações das margens do canal sofrem com a escassez de água – como os moradores do Assentamento Amazonas e da comunidade Piauí de Dentro, localizados na fronteira entre os municípios de Morada Nova e Russas. [...] No Assentamento Amazonas, que cobre uma faixa de terra de 3.700 hectares, cortada pelo Eixão, no ano passado e os primeiros três meses deste foram improdutivos, com água suficiente apenas para a sobrevivência. [...] uma outorga da Cogerh autorizou retirar 15 mil litros de água por dia do canal. Mas, embora o assentamento exista há 15 anos, não há adutora instalada para abastecer as mais de 50 famílias. Eles têm que pagar um trator para transportar a água, por 25 a 30 reais a carrada (mil litros). Conforme o tamanho do rebanho e da família, isso significa desembolsar até R\$ 150 por semana, retirados das bolsas governamentais e aposentadorias (XAVIER et. al, 2013).

Um caso de conflito pela água mais recente seria o apresentado pela TV Jaguar, com a manchete: “Sem água para o Consumo Humano População de Uiraponga ocupa trecho do Canal da Integração”:

A ocupação se deu na Manhã dessa Quarta Feira dia (18) e movimentou os moradores das comunidades de Uiraponga, Tabuleirinho, Poço do Barro e adjacências. Os manifestantes reivindicam a construção de adutoras, com a finalidade de garantir o abastecimento de água potável aos moradores das respectivas comunidades. [...] No local, os manifestantes garantem que permanecerão acampados até que alguma solução seja apresentada por parte das autoridades competentes (SEM, 2017).

Podemos dar um maior destaque a esta última notícia, pois, além de relatar o conflito pela água que apresentamos no nosso artigo, o conflito em Uiraponga – Morada Nova/CE, ocorreu próximo a nossa primeira aproximação com o nosso recorte espacial.

Há água no Eixão, mas falta em Uiraponga

O recorte espacial do nosso trabalho é a sede do Distrito de Uiraponga¹² (Figura 4) e seus arredores, que se encontra a 7 km do Eixão das Águas, e ainda assim passou por sérios problemas de escassez de água, já que parte considerável da renda dos moradores vem da agricultura e pecuária, como pro exemplo plantações de feijão e milho, e a criação de bovinos. Uiraponga é um distrito do município de Morada Nova, que se localiza na microrregião do Baixo Jaguaribe no Ceará.

Figura 4 - Sede do distrito de Uiraponga.



Fonte: Org. AUTORES, 2017.

De acordo com os moradores da comunidade de Uiraponga, começou-se a sentir os efeitos da última seca a partir do final ano de 2016, quando o Açude Poço do Barro chegou ao volume morto. Esse açude abastece o Riacho Livramento, principal fonte de água da comunidade, que, por consequência da falta de água no açude, acabou secando.

¹² Dentro do município de Morada Nova, temos o distrito de Uiraponga, e a sede desse distrito é a comunidade de Uiraponga, nosso recorte espacial.

Os moradores da sede de Uiraponga, afirmaram nunca terem passado em suas vidas por problemas tão sérios em relação à falta de água, como o exemplo a seguir: “eu nasci e me criei aqui, hoje tenho 60 anos, mas uma das maiores dificuldades de água que a gente passou foi de cinco anos para cá” (Entrevista realizada com Coleirinho em maio de 2017).

Fracalanza (2005) explica que, quando a água é utilizada para a manutenção da vida, ela está sendo vista como água e não recurso. No caso de Uiraponga, a água é utilizada para consumo humano e para as áreas de produção campesina. Logo, Uiraponga não considera esse bem como um recurso hídrico, os depoimentos dos moradores parecem relacioná-la mais a um bem comum:

Rapaz, a gente que busca cada dia ter o conhecimento para conhecer um pouco de Deus né? (...) talvez um dos motivos muitas vezes de faltar o pão, a água é que o próprio ser humano também causa isso, não é capaz de partilhar, e eu creio e acredito que Deus, o que ele nos deu foi para que a gente tivesse tudo em comum, a água e a terra, os alimentos tudo que a gente produzisse fosse a benefício de todos, e eu também observo como é que pode, Brasil com tanto alimento ainda há pessoas que passam fome, tanta terra, só poucos que podem produzir, poucos têm água pra produzir (Entrevista realizada com Azulão em maio de 2017).

É intrigante que, mesmo a comunidade localizando-se próxima ao Eixão das Águas, conforme os moradores, a obra hídrica não influencia em suas atividades cotidianas, pois suas plantações continuam dependendo das chuvas; os seus animais e os próprios moradores, em tempos de falta de água, dependem de medidas paliativas, como a perfuração de poços e carros-pipa.

De acordo com Castro (1992), a seca no Nordeste acaba beneficiando a elite local e regional, trazendo recursos para a implantação de obras voltadas para ela. Esse pensamento parece ter concretude no depoimento de Azulão:

Quando eles construíram [o Eixão das Águas], era para beneficiar os mais pobres e os mais carentes, a nossa expectativa era essa, mas depois a gente vai ver que não. A gente vê o sofrimento, a dor e vê a luta para conseguir essa água, e a gente vê quanto é sofrido, quanto é doloroso, você não pode nem pegar um balde de água que você é vigiado, tem os vigias 24h para ver todo o movimento que acontece no percurso do canal. A gente pensava que a integração ia ser para todos, mas na verdade é que só alguns é que são beneficiados (Entrevista realizada com Azulão em maio de 2017).

Azulão, morador da comunidade, acreditava que a construção do Eixão das águas tinha o objetivo principal de atender moradores e pequenos agricultores próximos a ela, porém se deparou com uma outra realidade, estes não tinham o acesso almejado. O governo utilizou o discurso da seca e da escassez de água para construir uma obra hídrica para atender, principalmente, os interesses do capital, em detrimento das comunidades próximas ao Eixão.

A COGERH confirma existência de uma vigilância no Canal e diz ser necessário, como vemos nas falas do diretor de planejamento da instituição:

[...] temos uma equipe de vigilância ao longo do canal [Eixão das Águas], em vários trechos, armada, porque alguns trechos são áreas mais perigosas, é necessária vigilância armada nesses trechos, o pessoal pergunta, mas..., está havendo essa questão aí, em alguns locais, é necessário ter a vigilância armada, principalmente em áreas de muito adensamento urbano, que, se não, o pessoal vai lá e vai degradando a obra, e tem muito roubo da parte elétrica, dos transformadores, para vender o cobre. [...] nós temos estrutura e temos uma vigilância armada sim, de moto, de carro, são 255 km de canal, 200 km até aqui [Fortaleza] e 55 km até o Pecém. [...] nos 200 km do Castanhão até chegando por aqui, tem muito problema de segurança, já pensou o cara chegar e derramar óleo diesel dentro de um canal desses? Tem que ter segurança (Entrevista realizada com COGERH em março de 2017).

A COGERH defende que a vigilância é feita com o objetivo de impedir que a obra seja degradada, mas a fala se contradiz quando ouvimos os depoimentos das comunidades que vivem próximo ao Eixão. De acordo com Lins (2008), que traz o caso dos moradores do projeto de reassentamento Mandacaru em Nova Jaguaribara/CE, os moradores alegam ser proibidos de utilizar a água do Eixão para sua plantação e seu criatório, e, de acordo com as entrevistas que realizamos em Uiraponga, muitos moradores relatam que também são impedidos de pescar e retirar água do Eixão das águas. Os depoimentos logo acima nos levam a crer que essa vigilância objetiva também impedir a retirada de água para as comunidades próximas. Certamente, porque, caso se tornasse um hábito e mais comunidades adquirissem esse hábito, o volume de água mandada para empresas, agronegócio, indústria e cidades poderia diminuir.

Devido à comunidade não ter acesso à água do Eixão, o Governo do Estado cavou seis poços profundos para amenizar a falta de água, mas só os poços não resolveram o problema: grande parte da comunidade ainda permanecia sem água:

A sorte nossa é que ainda tinha os poços profundos, não tinha água no rio, mas tinha os poços profundos que ainda nos abastecia. Um dia abastecia

metade de Uiraponga e outro dia outra metade, mas chegou um momento que não tinha como abastecer as duas metades, chegava em casa sim, casa não, à minha casa nunca chegava porque fica em um nível mais alto [do terreno], boa parte das casas com o nível alto não tinha água. Aí foi que a coisa foi ficando mais crítica, aí foi que complicou a nossa situação (Entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017).

Além do problema de que a água disponibilizada nos poços não era o bastante para abastecer toda a comunidade, bem como a ausência de bombas para trazer a água à superfície, essa mesma água não era de boa qualidade, possuindo coloração barrenta e amarelada, e cheiro fétido e desagradável. Desse modo, ela se tornava imprópria para o consumo ou mesmo para a sua utilização em outras atividades cotidianas, como cozinhar, lavar roupa, entre outras.

Como os poços não solucionavam o problema, os moradores recorriam a outros meios de conseguir água. Muitos moradores contavam com carros-pipa vinculados à Defesa Civil, no entanto, tais carros-pipa não bastavam, o que, por muitas vezes, obrigava os moradores a contratarem carros-pipa particulares.

Nobre e Brito (2016) afirmam que a política hídrica moderna desenvolvida no Ceará durante o suposto governo das mudanças, até os dias atuais, não sanou os problemas com relação à falta de água e também não teve essa intenção, pois teria que deixar espaços às medidas paliativas, que sustentam a “indústria da seca”. No caso de Uiraponga, percebemos que as medidas paliativas foram a perfuração dos poços profundos e o envio de carros-pipa, que não chegaram a resolver o problema da falta de água na comunidade.

A apropriação seletiva da água a favor das empresas em detrimento do povo e a priorização do governo em proporcionar medidas paliativas, em vez de resolver o problema da comunidade permanentemente, causaram revolta nos moradores e, conseqüentemente, iniciaram o conflito pela água em Uiraponga.

[...] a gente via o sofrimento do dia a dia das pessoas, pessoas que pegam água, o carro pipa chegava, víamos as pessoas com aquele monte de balde, às vezes meio dia, aquele solzão quente, e ali foi vindo a revolta no nosso coração, a comunidade não aguentava mais, foi um dos meios para que a gente começasse essa luta com toda a força, e a comunidade foi despertando, veio todo o apoio de várias comunidades. [...] foi muito objetivo, foi muito bom, [...] e acredito que a comunidade não esqueceu ainda este momento [o momento da luta, manifestação] (Entrevista realizada com Azulão em maio de 2017).

Outro problema foi o fato de que, mesmo que os moradores não estivessem recebendo a água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE¹³ - em suas torneiras, lhes era cobrada uma taxa pela água, que não estava sendo distribuída.

Ainda tinha casas que vinha água do SAAE, é porque era pouca água, e nas casas mais altas não chegava, [...], talvez uns 80%, não recebessem mais água há muito tempo [...] A maioria das famílias mandaram cortar a água, porque ainda vinha os 25 reais de taxa cobrando, mesmo sem sair nenhuma gota. Aí a gente começou a brigar, e as pessoas estavam mandando cortar, mas também tinha que pagar uma taxa para cortar, mesmo assim muita gente mandou cortar (Entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017).

Após todos os problemas que a comunidade veio passando, Uiraponga, com a ajuda da Cáritas¹⁴, da Igreja Católica e de movimentos sociais, criou consciência das intenções do governo e da injustiça que afeta os moradores com relação à água: Por que eles não usufruem da água do canal, mas as empresas do agronegócio sim?

Eu queria que o governo não dissesse que dá prioridade ao abastecimento humano, é só o que eles falam, e a gente sabe que não é. Imagina a quantidade de gado que já morreu, porque assim, na nossa região, uma das rendas, tirando a aposentadoria ou a prefeitura, seria o agricultor que planta, o pequeno, não é o rico, aquele que planta para o consumo e para vender: feijão, milho. Quando não chove, não tem colheita, mas a gente vê a água para as irrigações, para grandes empresas, e a gente sabe que aqui, ai de nós se pegarmos água do canal, que os guardas vão em cima (Entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017).

De acordo com os relatos, e com o que pudemos observar, não só a água no tempo da estiagem foi dividida entre os moradores, mas também favores e alimentos. De acordo com a entrevista realizada com Pintassilgo em maio de 2017, em Uiraponga a prática de companheirismo, dividir favores e gentilezas, é antiga, e além desse costume antigo, ultimamente, com a luta, eles vêm dividindo persistência e esperança.

¹³ Autarquia responsável pela distribuição de água no município de Morada Nova.

¹⁴ Cáritas Brasileira é uma entidade de atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos.

Queremos água, água para o povo, água para a vida

A luta para a utilização da água do Eixão das Águas surgiu da dificuldade pela qual os moradores de Uiraponga passaram. Em meados de 2016, quando a seca recrudesciu, a comunidade começou a questionar o porquê de passarem por tantas dificuldades, já que o Eixão das Águas passava próximo a ela, mesmo tendo sido promessa política a abundância por meio da distribuição de águas pelo Canal, que era projeto do governo.

Segundo a entrevista realizada com Gavião Carijó em maio de 2017, com o passar do tempo, a comunidade decidiu fazer algo com relação ao problema da água, procurou apoio para a luta e conseguiu ajuda da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Em novembro de 2016, ocorreu uma reunião entre membros da Cáritas e a comunidade. Eles passaram várias informações importantes para a comunidade. Dentre essas informações, explicaram que as empresas do agronegócio continuavam a receber água do Eixão e a consumir grandes quantidades dela, mesmo com a comunidade sem acesso a essa água.

A partir da nossa leitura em Lins (2008), percebemos que na atualidade o problema da seca no Ceará, além de ter seu viés climático, é, em grande parte, resultado da crescente demanda de água consumida pela agricultura irrigada de exportação e pela indústria. Mesmo em situação de escassez, as empresas parecem consumir grandes quantidades de água, e o direcionamento de água para esses empreendimentos irá contribuir para o esgotamento dos reservatórios, passando a ideia de que a escassez é real e para todos.

De acordo com a entrevista realizada com Gavião Carijó e Asa Branca em maio de 2017, os membros da Cáritas pensaram em realizar uma missa das águas ao lado do Eixão, como uma forma de manifestação, e a comunidade aceitou a proposta. Segundo a entrevista realizada com Azulão em maio de 2017, no dia 18 de janeiro de 2017, a missa das águas ocorreu próxima ao Canal, resultando em sua ocupação pelos manifestantes.

Não só a sede Uiraponga, a Cáritas e membros da Igreja participaram do movimento, outras comunidades também, tanto de dentro do distrito de Uiraponga quanto de comunidades próximas, que se encontravam fora do município de Morada Nova. A pauta imediata era que fosse aberta uma das comportas do Eixão, pois essa comporta desembocava direto no Riacho Livramento, que levava água ao poço de captação da comunidade.

Quando os moradores chegaram ao Eixão das águas, as comportas que liberam água do canal para o Riacho Livramento já estavam abertas, como não se tinha conhecimento de quem as abriu, e a espiritualidade é algo muito forte na vida dos moradores da comunidade,

muitos acreditam que foi o Espírito Santo (padroeiro de Morada Nova) que abriu as comportas em apoio a luta de Uiraponga. De acordo com a entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017, as pessoas que estavam no movimento se prepararam para passar o dia no Canal em manifestação, até conseguir alguma resposta do governo, logo foram montadas “barracas”; e foi levado almoço para quem estava na missa e na manifestação (já que a missa também fazia parte da manifestação). Após a chegada dos moradores, realizou-se a missa na beira do Eixão como mostrado na figura 5. Oito padres da mesorregião do Jaguaribe participaram da missa.

Figura 5 - Missa das Águas realizada próximo ao Eixão das Águas.



Fonte: CARITAS DIOCESANA LIMOEIRO DO NORTE, 2017.

Ainda segundo a entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017, a missa foi realizada, e em seguida quem estava participando da manifestação ficou de vigília. Após algum tempo, chegou o Comando Tático Rural - COTAR, com uma técnica da COGERH, que prometeu que a comporta ficaria aberta durante 24 horas, para que a água chegasse até onde tem o poço de captação, pois se água chegasse e o poço enchesse, a comunidade teria água durante dois meses.

A manifestação deu início à negociação, teve um impacto, ela prova para o governo que o canal não estava murado, que o povo tem a consciência de que os 200 km de canal não estão murados, a água está aberta, livre, e o povo tem direito a ela, o que tremeu lá na base foi isso, no caso de uma crise maior, eles vão ter que ceder a água para o consumo humano, as pessoas não vão aceitar estar na beira do canal e não ter acesso a água (Entrevista realizada com Asa Branca em maio de 2017).

O contexto de luta que Uiraponga passou devido à falta de água, de acordo com o que lemos em Little (2001) e Oliveira (2004), se caracteriza como um conflito socioambiental. O quadro 1 a seguir ajuda a esclarecer melhor a situação. Nós o construímos com base nas nossas entrevistas, leituras e informações coletadas em notícias.

Quadro 1 - Agentes do conflito pela água em Uiraponga.

| AGENTES DO CONFLITO PELA ÁGUA | SIGNIFICAÇÃO DA ÁGUA | ATUAÇÃO NO CONFLITO |
|-----------------------------------|---|--|
| ESTADO | Bem econômico – julga necessário cobrar pela água para que ela seja preservada e utilizada com cautela. | Possui o poder de fazer outorgas, construir e gerir as águas nas obras hídricas. Parece priorizar o atendimento das empresas em detrimento do camponês. |
| AGRONEGÓCIO/ INDÚSTRIA | Recurso – utilizam a água como um recurso para a produção de suas mercadorias. | Consumem grande porcentagem da água disponível no Ceará e costumam ter acesso às águas das obras hídricas, ademais sua produção não é compatível com o semiárido cearense. |
| CAMPONESES | Bem comum – a água é um bem natural e de todos que deve ser compartilhado, extremamente importante para a sobrevivência. Utilizam a água para reproduzirem-se socialmente. | Procuram resistir ao modelo de gestão das águas atual, em que a distribuição desta é seletiva, lutando para ter acesso às águas das obras hídricas. |
| IGREJA/CÁRITAS | Bem comum – a água é um bem natural e de todos que deve ser compartilhado, extremamente importante para a sobrevivência. | Procuram participar e instigar as lutas dos camponeses pelos seus direitos, inclusive na luta pela água. |
| MOVIMENTOS SOCIAIS | Bem comum – a água é um bem natural e de todos que deve ser compartilhado, extremamente importante para a sobrevivência. | Atuam nas lutas dos camponeses em diversas frentes, inclusive na luta por direito à água. |

Elaboração: Org. AUTORES, 2020.

A manifestação organizada pela comunidade, junto dos membros da Cáritas e dos demais camponeses, se provou valorosa, pois, além do ganho paliativo, uma reunião com a COGERH e a abertura da comporta durante 24 horas para que a água chegasse ao poço de

captação da comunidade, também possibilitou outras reuniões com o governo, e posteriormente a conquista da adutora, mesmo que com um atraso de oito meses.

Afinal, de acordo com a negociação efetuada, a adutora deveria ter sido concluída no mês de abril de 2017, mas só foi concluída em 15 de dezembro de 2017. Ressaltamos que, se a comunidade não tivesse pressionado o governo e persistido na luta, nenhuma das conquistas teria sido alcançada, pois o governo, a partir das discussões que fizemos e das leituras, além do próprio trabalho de campo, provou ser muito mais favorável a atender ao agronegócio e à indústria, não dando a atenção devida para suprir as necessidades básicas do camponês no que se refere ao uso da água.

Pensando o conflito em Uiraponga e o debate do acesso a água, é essencial repensar o planejamento através da gestão e da tecnologia aplicada em grandes obras hídricas, que se mostram ineficazes para distribuição e acesso popular. Desse modo, repensando sobre outros modos tecnológicos e produtivos, abordamos no próximo tópico as tecnologias sociais hídricas, que já demonstram impacto positivo no acesso popular às águas, à autonomia produtiva e à tecnológica no semiárido brasileiro.

Tecnologias sociais hídricas, para dar ao povo o que pertence ao povo.

Como já exposto, compreendemos que projetos e obras hídricas foram quantitativamente bastante expressivas, além de terem desfavorecido e excluído uma parcela de camponeses e camponesas do acesso à água dessas obras. Como expõe Silva (2012, p. 183) “as adoções de tecnologias hidráulicas para armazenamento de água – a chamada solução hídrica - catalisou a crença na possibilidade de combater a seca e aos seus efeitos”. Essa concepção de tratamento das intempéries do semiárido de forma descontextualizada foi tomando novas formas. Com a dinâmica do capital e a modernização no campo, o semiárido começa a ser alvo de políticas voltadas ao desenvolvimento economicista, alterando e trazendo novas configurações ao espaço agrário cearense.

O semiárido é capturado nessa conjuntura, e diante do desenvolvimento industrial e agroindustrial temos a intensificação de projetos e obras hídricas no Ceará. Respondendo a uma lógica do desenvolvimento economicista, as relações globais se inserem nas dinâmicas regionais e locais, o que vai estar atrelado nas novas configurações políticas e econômicas, que vêm se utilizando da “água” em um processo destrutivo da natureza, sendo manipulada de

forma estratégica pelas corporações empresariais em junção com o Estado, como coloca Bouguerra (2004, p. 82): “a água tem sido instrumento nas mãos dos políticos, um instrumento de geoestratégia”. Tal fato é reforçado na análise de Ribeiro (2008, p. 17), ao afirmar que “água é fonte de riqueza e de conflitos, água é riqueza porque foi transformada em uma mercadoria, água é fonte de conflitos porque sua distribuição natural não corresponde a sua distribuição política”.

Com os conflitos e impactos ligados à degradação ambiental, as transformações espaciais através do uso inadequado e da falta de acesso social aos bens naturais são comuns no semiárido. Inicia nos anos 1990, o diálogo para a adoção de “estratégias para um desenvolvimento rural sustentável, procurando intermédio de políticas públicas, incentivarem a transição para agriculturas mais sustentáveis e equilibradas, dentro dos princípios agroecológicos” (KUSTER; MARTI, 2009, p. 14).

Observamos o caminho de discussão da agroecologia, que vem revelando um avanço teórico e prático no entendimento da convivência com o semiárido, ocupando espaço e sendo tema de várias políticas públicas. No semiárido, a agroecologia se torna essencial, já não temos como falar de convivência com o semiárido, muito menos de tecnologia social sem as práticas agroecológicas, que convergem com os saberes tradicionais.

As tecnologias sociais vêm ganhando espaço ao pensar a progressão contextualizada no semiárido com práticas agroecológicas que têm o: “princípio fundador do enfoque agroecológico se basear na manutenção e no manejo de agroecossistemas biodiversificados” (PETERSEN, 2014, p. 84). Além de propiciarem uma autonomia para a produção rural, com sistemas diversos de tecnologias sociais aplicados no processo produtivo:

As tecnologias sociais participam no processo de construção da cidadania nas comunidades rurais e contribuem para solidificação de um sistema de gestão eficaz, onde a comunidade participa como gestora de seus recursos, não ficando à mercê das oscilações do sistema gestor predominante, tampouco das mudanças de governantes (COUTINHO, 2010, p. 69).

As tecnologias sociais hídricas, classificadas por Oliveira (2013, p. 38) como “um conjunto de técnicas, relacionadas à captação, armazenamento e manejo das águas da chuva, apropriadas pela população a partir de uma metodologia participativa, baseada nos próprios saberes locais”, são reconhecidas e vêm mudando o contexto do semiárido brasileiro com políticas centrais que visam o acesso popular a água no semiárido.

Destacamos o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2, que, segundo dados da Articulação no Semiárido Brasileiro- ASA em 2021, já somam 628.416 cisternas domésticas de 16 mil litros instaladas no semiárido brasileiro, sendo 1.00000 no Ceará e 1.031 no município de Morada Nova. Podemos perceber a importância dessas políticas que colocaram como centralidade o sujeito e suas práticas de convivência com a natureza semiárida.

Dentre outras tecnologias sociais hídricas, destacamos a Cisterna Calçadão, Barragem subterrânea e o Bioágua. Este último se diferencia pelo reuso de águas cinzas¹⁵ provenientes das habitações, e tem demonstrado ser um sistema que propicia a gestão equilibrada do uso de água em quintais produtivos. Desta forma, são essenciais a proposta e o debate sobre as tecnologias sociais hídricas, que já se comprovam como caminho na prática agroecológica e na ação da convivência com o semiárido.

Em nossa concepção chegamos a três eixos de análise, essencial para o semiárido brasileiro no século 21, que são: a convivência com o semiárido, foco central de análise para compreensão das próximas temáticas, que são: as práticas agroecológicas, e as tecnologias sociais. Pensando nesses eixos, de que forma avançamos em compreender como teoria e prática esses processos e categorias, como repensá-los para constituição de outras e novas experiências? O uso de tecnologias sociais não se sustenta isoladamente, ao contrário, se mantém e se potencializa na junção de experiências e processos sociais. Dessa forma, pensar esses eixos em conjunto é propiciar uma profunda discussão sobre o semiárido brasileiro, rumo à constituição de acessos populares aos bens comuns.

Considerações Finais

Neste artigo, tivemos o objetivo de analisar o conflito pela água ocorrido na comunidade de Uiraponga. Para isso partimos de um levantamento literário para compreender as principais categorias e temas utilizados, como: conflitos socioambientais, conflitos pela água, recursos hídricos, bem comum, convivência com o semiárido, dentre outros. Com essa compreensão, pudemos ler de maneira mais fidedigna a realidade do conflito; construímos

¹⁵ São chamadas de águas cinzas as águas residuais que já foram utilizadas em chuveiros, lavatórios, tanques, máquinas de lavar roupa, pia de cozinha.

uma hemeroteca com o intuito de termos nossa primeira aproximação com o conflito, que permitiu a escolha das perguntas certas para a realização das entrevistas com os moradores; e por último realizamos a pesquisa de campo, que também foi essencial para alcançarmos nosso objetivo, pois nos possibilitou realizar as entrevistas com os moradores de Uiraponga, e com órgãos gestores da água no Ceará, para entender melhor a forma como cada um desses diferentes grupos enxerga a realidade, a água, e quais suas visões sobre o conflito.

Logo, diante das discussões tecidas nesse artigo, foi possível concluir que os conflitos pela água são uma subdivisão dentro dos conflitos socioambientais, e que muitos dos conflitos hídricos ocorrem devido à “transformação” da água em recurso hídrico e mercadoria, podendo levar a sua apropriação indevida pelo capital, resultando em uma distribuição da água prioritariamente para gerar lucro e com isso dificultando o acesso de muitos a ela. No caso do Ceará, grandes obras hídricas são realizadas com o argumento de que distribuirão água priorizando as necessidades do povo, mas o real intuito é atender às empresas, dentre elas agronegócio, e às indústrias com maior expressão no estado.

O conflito pela água em Uiraponga surgiu devido à falta de acesso dos moradores da comunidade às águas que corriam na obra hídrica - Eixão das Águas. Outro ponto importante que influenciou no conflito foi a forma diferenciada de os moradores verem a água, pois a viam como uma mediadora da vida, e não mercadoria ou um simples recurso para gerar lucro.

Os conflitos socioambientais têm grande expressão no Ceará, e inúmeras outras transgressões foram causadas por obras hídricas no estado, por isso a importância de pontuar as alternativas de desenvolvimento possíveis para o semiárido brasileiro. Podemos perceber a importância das tecnologias sociais para o campesinato, que têm uma possibilidade muito maior de beneficiar o camponês do que as grandes obras hídricas geridas pelo Estado.

As tecnologias sociais são essenciais ao falar de convivência com o semiárido na atualidade. Não é possível pensar as tecnologias de forma avulsa às relações sociais e sujeitos nos diferentes territórios. No espaço rural cearense, elas se tornam vetor de pensar outras formas de produção mais sustentáveis, manejos mais ecológicos. Desta maneira, as tecnologias sociais no semiárido constroem outras formas de entendimento sobre a natureza semiárida, sobre o modo de vida neste ambiente, mostrando onde é possível avançar nos processos de produção campesina. Outros processos vão caminhando junto: a autonomia tecnológica, o acesso a pautas prioritárias de assistência pública, como saúde, educação, salubridade, saneamento, entre outros.

A realização da pesquisa é de grande relevância por alertar ao governo e aos responsáveis pela gestão de águas no estado, que a atual forma de gerir a água é insatisfatória, levando em consideração que diversas comunidades próximas às obras hídricas não têm acesso à água dessa estrutura, podendo levar à eclosão de novos conflitos pela água. Sugerimos atenção para as tecnologias sociais que já apresentam resultados importantes para a dinâmica da convivência no semiárido, ressaltando a importância de mais investimento em políticas públicas voltadas a tecnologias sociais, priorizando o investimento em tecnologias que atendam às demandas hídricas do(a) camponês(a), para com isso minimizar os conflitos pela água.

Contribuímos com a luta e a história da comunidade de Uiraponga, devido à documentação do momento de luta, dos motivos do conflito, e dos principais fatos desse momento histórico para a comunidade; expondo a discussão acadêmica sobre os conflitos pela água, da apropriação capitalista da água e das tecnologias sociais.

Por último, destacamos que a construção da narrativa advinda dos sujeitos foi fundamental para esse trabalho, e que é essencial para avançarmos na denúncia sobre os impactos geridos pelos agentes estatais e privados, para construção de uma defesa dos territórios contra os agentes que historicamente vêm ameaçando a convivência dos povos e transpassando suas identidades com suas manobras de destruição.

Referências

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro azul:** como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: M. Books, 2003.

BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **As batalhas da água:** por um bem comum da humanidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019:** informe anual. Brasília: ANA, 2019.

CASTRO, Iná Elias de. O Nordeste como tema de suas elites. In:_____. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 57 - 76.

CEARÁ. Governo do Estado. Infraestrutura hídrica. In: _____. **Ceará cidadania:** crescimento com inclusão social: Plano de governo 2003-2006. Fortaleza, 2003. p. 173 - 206.

CEARÁ. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Eixão**. 2014. Disponível em: <<https://www.srh.ce.gov.br/presidente-dilma-inaugura-amanha-trecho-v-do-eixao-das-aguas/>>. Acesso em: 05 de out. 2020. Não paginado.

XAVIER, Bruno; ROCHA, Pedro; PIRES, Roger; GURJÃO, Yargo. Tem Água pra Ver, mas Não pra Beber. **Publica: Agência de Jornalismo Investigativo**. Fortaleza, 31 jul. 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/07/tem-agua-pra-ver-mas-nao-pra-beber-seca-no-nordeste/>>. Acesso em: 08 set. 2021.

COUTINHO, Allana Anjos. **Tecnologias sociais como instrumento de gestão participativa: a experiência da comunidade lajedo da Timbaúba-PB - “por uma nova gestão de águas”**. 2010. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FRACALANZA, Ana Paula. Água de elemento natural a mercadoria. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 33, p. 21-36, 2005.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Mudancismo e conservadorismo no Ceará: o desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986-2002)**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

KUSTER, Angela; MARTÍ, Jaime Ferré. **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

LINS, Cíntia dos Santos. **Os impactos territoriais e socioeconômicos do canal da (des) integração no Ceará no contexto do Médio e Baixo Jaguaribe**. 2008. 178 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107 - 122.

MELQUIADES JÚNIOR. Famílias ameaçam arrombar trecho do Canal da Integração. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 06 jun. 2016. Disponível em: <<http://caritaslimoeiro.blogspot.com.br/2012/06/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

NOBRE, Francisco Wlirian; BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. Políticas hídricas e caminho das águas no Ceará entre 1986 e 2013. In: **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 23, São Cristóvão. Anais eletrônicos...São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VEMxLnFxa9aAWdGw_XIKFt-QxahDUW3P/view?usp=sharing>. Acesso em: 30 ago. 2017. Não paginado.

OLIVEIRA, Diego Bruno Silva de. **O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. 2013. 168 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Sonia. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 95 – 130.

BRITO, Thaís. Irrigação consome 62% da água no Ceará; 13% vai para a indústria. **Jornal O Povo**, 06 fev. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/06/noticiasjornalcotidiano,3388933/irrigacao-consome-62-da-agua-13-vai-para-a-industria.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e superação do paradigma da modernização. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69 – 103.

NOGUEIRA, Edwirges. Professor crítica “injustiça hídrica” e uso excessivo da água pela agricultura. **Portal EBC**, 03 mar. 2015. Cidadania. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/03/professor-critica-injustica-hidrica-e-uso-excessivo-da-agua-pela-agricultura>>. Acesso em: 8 set. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

SABOIA, Andrey Luna. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará. 2015. 179 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Geografia Humana). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.156 -173.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

SEM água para o consumo humano, população de Uiraponga ocupa trecho do Canal da Integração. 2017. **TV JAGUAR**. Jaguaribe, 18 jan. 2017. Notícias/Cidades. Disponível em: <<http://www.tvjaguar.com.br/noticia/2399/Sem-%C3%A1gua-para-o-consumo-humano,-popula%C3%A7%C3%A3o-de-Uiraponga-ocupa-trecho-do-Canal-da-Integra%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 04 set. 2021.

Artigo recebido em 04-02-2021
Artigo aceito para publicação em 21-09-2021